



## **Assistência de Enfermagem na Atenção ao Parto e Nascimento: percepção do acompanhante no processo de parturição**

Rafael Mendes Nunes<sup>1</sup>

Luciana Cristine Soeiro de Sousa

Patrícia Giuliane da Silva Barros Teixeira

**RESUMO:** O cuidado direcionado à parturiente e sua família traz consigo a preocupação pelo desejo em modificar os modelos existentes no processo de parto, nas condutas e comportamentos que podem ser prejudiciais à parturiente e sua família. Este estudo teve como foco conhecer o significado do acompanhante a uma parturiente no trabalho de parto, parto e nascimento e sua interface com os profissionais, objetivando compreender a percepção do acompanhante relacionada à sua participação no processo de parturição. A pesquisa foi realizada por um estudo descritivo, com abordagem qualitativa realizada através de pesquisa de campo na Maternidade Estadual de São Luís/MA, onde foram entrevistados 15 acompanhantes, 2 enfermeiros e 4 parturientes, totalizando 21 sujeitos. Como critério de inclusão foram convidados a participar acompanhantes que permaneceram com gestantes durante algum período clínico do parto. A coleta de dados teve início após autorização do Comitê de ética em Pesquisa, ocorreu no mês de setembro de 2016. Os resultados obtidos após análise das entrevistas mostram que os acompanhantes sentem-se satisfeitos com os cuidados prestados a parturiente. Além disso, eles avaliam que a presença do acompanhante é necessária e que o nascimento de uma criança valoriza a mulher e os sentimentos entre os envolvidos. Porém observou-se a expressão de estranheza e desconhecimento diante do questionamento referente à lei n.11.108/2005. A partir destes resultados foi possível identificar que o acompanhante pode influenciar de modo benéfico no processo de parturição, e apesar do profissional de saúde considerar importante a presença do acompanhante, este não proporciona uma interação entre eles.

**Palavras-chave:** Parturiente. Parto. Acompanhante.

### **Introdução**

Na atualidade brasileira é possível observar a trajetória de mudanças no modelo de assistência ao parto e nascimento. O foco é a partir da avaliação do processo de parturição como um evento médico, de risco, caracterizado por intervenções dispensáveis e prejudiciais considerando o nascimento como evento patológico que precisa ser tratado em âmbito hospitalar. Existem instituições que procuram incluir o trabalho conjunto e integral dos enfermeiros e médicos na assistência ao parto e nascimento, sendo adotadas como

<sup>1</sup> Faculdade Santa Terezinha – CEST. E-mail: rafaelmendesnunes09@gmail.com



políticas institucionais, no entanto a eficiência e eficácia deste serviço ainda não são reconhecidas de forma sistematizada (1).

O cuidado direcionado à parturiente e sua família traz consigo a preocupação pelo desejo em modificar os modelos existentes no processo de parto, nas condutas adotadas, comportamentos e hábitos que podem ser prejudiciais à parturiente e sua família (2).

Hoje ainda existem unidades de saúde que não estão preparadas para a inserção do acompanhante dentro das unidades, problemas como: receber e acomodar o acompanhante; profissionais resistentes, com preconceito ou receio em relação à presença do acompanhante durante o período clínico do parto, são as principais barreiras encontradas (3).

No que concerne a equipe de enfermagem, o acolhimento também é uma importante forma de cuidado, por isso deve ser incentivada e implementada nas unidades (4).

Diante dessa realidade, questiona-se: Qual o significado do acompanhante a uma parturiente no trabalho de parto, parto e nascimento?

Esta pesquisa motiva-se devido à escassez de informações repassadas à parturiente e familiar sobre direitos, regulamentos e informações necessárias acerca do processo de parto. A resistência da equipe de saúde relacionada à permanência dos acompanhantes, situações essas observadas durante a prática assistida e estágio supervisionado de saúde da mulher. Levando em consideração que há necessidade desse incentivo de participação do acompanhante, sendo ele, marido, pai, mãe, tio, doulas ou até mesmo pessoas sem vínculo familiar.

É importante enfatizar que a adoção de novos modelos de atenção em saúde implica a incorporação de novos conceitos, tecnologias e atitudes, e na substituição de práticas muitas vezes cristalizadas no cotidiano dos profissionais e serviços, gerando resistências tanto dos profissionais como da população atendida.

Estudo tem como objetivo geral avaliar a percepção do acompanhante relacionada à sua participação no processo de parturição e como objetivos específicos: Analisar os benefícios da participação de um acompanhante durante o processo de parturição; Observar a experiência vivenciada pelo acompanhante, conhecer suas limitações neste processo; Observar a relação do acompanhante com profissionais de saúde; Verificar se o ambiente proposto pelo Ministério da Saúde condiz com a realidade da maternidade de pesquisa; Descrever o perfil sócio demográfico das parturientes e/ou acompanhantes;



Identificar as principais dificuldades da assistência de enfermagem com relação ao acompanhante na atenção ao parto e nascimento, por meio de pesquisa de campo.

## **Referencial teórico**

### **Princípios assistenciais sobre o parto**

De acordo com a história o parto era considerado um evento natural e fisiológico, geralmente em ambiente doméstico, onde era acompanhada por pessoas de sua família, de seu convívio social, e pela maioria das vezes era assistida por parteiras de confiança (5).

Em meados do século vinte o parto hospitalar foi regulamentado pelos programas de saúde em países industrializados, e pela primeira vez na história iniciou uma onda de partos institucionalizados no qual era proibida a presença de familiares. Esta regra ainda perpetuou durante muitas décadas (6).

No Brasil, a primeira ação voltada à saúde da mulher foi ao longo dos anos quarenta, e até o início dos anos sessenta essa ação era restrita somente a assistência ao parto. Logo entrou em discussão a enorme taxa de mortes maternas e perinatal, a partir daí foi introduzido à medicina preventiva, centros de saúde e iniciaram os programas de pré-natal, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e infantil (7).

Em 2005 todas as mulheres usuárias do serviço público e privado foram beneficiadas com a lei nacional n°. 11.108, que assegura o direito delas serem acompanhadas por alguém de livre escolha durante os períodos clínicos do parto e pós-parto (6).

O Ministério da Saúde lançou a rede cegonha em 2011 com objetivo de garantir atendimento e assistência de qualidade humanizada para a mulher dentro do Sistema Único de Saúde, é estruturada de acordo com a necessidade, importância e direito da gestante, promovendo atendimento ao pré-natal, parto e nascimento. Esse novo modelo de atenção à saúde da mulher e saúde da criança, deve ser implementada para proporcionar a gestante acesso livre a unidade de saúde, melhorar a qualidade dos atendimentos, e reduzir a mortalidade materna e infantil (8).

Embora a inserção do acompanhante seja regulamentada e incluída na Rede Cegonha, essa prática é pouco conhecida, visto que recentemente foi realizado uma busca e não existiam dados nacionais sobre a presença do acompanhante nos períodos clínicos do parto (6).



## **A participação do acompanhante na humanização do parto e nascimento**

Em 07 de abril de 2005 passou a vigorar no Brasil a Lei nº 11.108, que dá as parturientes o direito a escolha e presença do acompanhante durante todo processo do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no sistema único de saúde, rede própria ou conveniada (9).

A importância do acompanhante durante o processo é amplamente comprovada em pesquisas nacionais e internacionais, eles apontam que a mulher refere maior satisfação com a experiência do processo de parto acompanhada com alguém de sua escolha (1).

O acompanhante transmite segurança à mulher no parto, aumenta a sua capacidade para se expressar, fator que determina caso aconteça alguma complicação no decorrer do parto, além de ajudar a mulher a ser ouvida durante o atendimento, este pode ser considerado um indicador de segurança, de qualidade do atendimento e de respeito aos direitos das mulheres na assistência ao parto (6).

Atividades simples como oferecer suporte emocional e medidas de conforto físico realizados no decorrer do processo de parturição são capazes de diminuir a aflição e a vulnerabilidade sentida pela parturiente, isso contribui para um trabalho de parto e parto menos duradouro e sem muitas intervenções (10).

É recomendado que os profissionais de saúde orientem a gestante a escolher quem irá lhe acompanhar durante o pré-parto, parto e pós-parto e estimulem a inserção desde o pré-natal para mantê-lo informado no processo de parturição e seu papel como provedor de apoio (11).

## **Metodologia**

A pesquisa foi realizada através de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa realizada através de estudo de campo. Foi desenvolvida na Maternidade Benedito Leite, localizada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, S/N, COHAB Anil II, na Cidade de São Luís/MA.

Foram 21 entrevistados, dentre eles 15 acompanhantes das parturientes, 7 do setor de pré-parto e 8 setor ALCON e 2 enfermeiros de cada setor e 4 parturientes. Como critério de inclusão foi convidado a participar todos os acompanhantes que permaneceram com gestantes durante algum período clínico do parto e enfermeiros de cada setor e puérperas do setoralcon.





A coleta de dados teve início após autorização do Comitê de ética em Pesquisa, ocorreu no mês de setembro de 2016 no turno matutino. Para obtenção das informações utilizamos um roteiro de entrevista, constituído de duas partes, uma contendo variáveis demográficas com a finalidade de caracterizar os acompanhantes das parturientes e outra específica ao objeto de estudo através de entrevista semiestruturada com 6 perguntas fechadas e 5 com perguntas abertas, buscando identificar a percepção do acompanhante acerca do processo de parturição, de que forma o acompanhante é acolhido no ambiente hospitalar e quais informações possui acerca da lei 11.108/2005.

Depois de coletados foi realizada a análise dos dados sócios demográficos, entrevista semiestruturada, registro diário e a gravação das respostas. O material produzido foi explorado e, após leitura exaustiva, categorizado de acordo com as unidades de análise que emergiram dos relatos.

Todos os participantes foram esclarecidos do objetivo da pesquisa. O estudo foi submetido ao comitê de ética em pesquisa do Centro Universitário do Maranhão - UniCEUMA em 19/06/2016 às 10:58 e aprovado conforme o parecer número CAAE: 57157716.0.0000.5084.

## Resultados e discussões

Participaram deste estudo 15 acompanhantes. Sendo majoritariamente mães e maridos, seguido por cunhada, irmã e dois acompanhantes que se definiram como pai do bebê, a idade dos entrevistados variaram de 20 a 66 anos.

Tabela 1- Perfil sócio demográfico dos acompanhantes

ID*	Vínculo	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda
A1	Mãe	65	Analfabeta	Não exerce atividade	-Salário Mínimo
A2	Marido	26-35	Ensino M. Completo	Exerce atividade remunerada	+Salário mínimo
A3	Mãe	26-35	Ensino F. Incompleto	Exerce atividade remunerada	-Salário Mínimo
A4	Pai do bebê	26-35	Ensino F. Completo	Exerce atividade remunerada	Salário Mínimo
A5	Irmã	21-25	Analfabeta	Não exerce atividade	-Salário Mínimo
A6	Marido	26-35	Ensino M. Completo	Exerce atividade remunerada	+Salário mínimo
A7	Cunhada	36	Analfabeta	Exerce atividade remunerada	-Salário Mínimo
A8	Mãe	66	Ensino F. Incompleto	Não exerce atividade	Salário Mínimo
A9	Marido	26-35	Ensino F. Incompleto	Não exerce atividade	Salário Mínimo



A10	Mãe	60	Ensino F. Incompleto	Não exerce atividade	-Salário Mínimo
A11	Irmã	21-25	Ensino M. Completo	Não exerce atividade	Sem renda
A12	Pai do bebê	20	Ensino M. Incompleto	Exerce atividade remunerada	Salário Mínimo
A13	Cunhada	21-25	Ensino F. Incompleto	Exerce atividade remunerada	-Salário Mínimo
A14	Marido	26-35	Ensino M. Completo	Exerce atividade remunerada	Salário Mínimo
A15	Cunhada	21-25	Ensino M. Completo	Não exerce atividade	Sem renda

Fonte: Próprio autor

Diante das perguntas fechadas tendo como respostas sim ou não, sobre acolhimento, orientação, atividade de auxílio, satisfação e influência do acompanhante no processo de parturição, todos os entrevistados responderam sim em todas as perguntas. Observou-se que nessa unidade os direitos da parturiente são respeitados e todas estavam com os acompanhantes de sua escolha, bem acomodados se sentindo satisfeitas com o atendimento ofertado pelos profissionais e unidade de saúde.

Um ponto negativo visto foi à carência de informações oferecida pelos profissionais, não foi visto nenhum cartaz informativo nas recepções e nem nos corredores. Talvez diante da concessão da maternidade implementar a lei, os profissionais não veem a necessidade de informar um direito, já que todos e qualquer acompanhante é aceito na unidade.

No que concerne a inserção e acolhimento dos acompanhantes nesta unidade, foi possível perceber que os mesmos demonstravam expressão de satisfação ao falar dos serviços e atendimento prestado a eles. Diante do questionamento alguns dos entrevistados faziam comparações com outros hospitais afirmando que a expectativa negativa havia sido superada: “Fui bem aceita, ninguém me barrou não”. “Aqui é melhor do que a (nome das maternidades) [...], já fui a duas maternidades e essa daqui é a melhor”.

Quanto à estrutura física da unidade e preparo dos profissionais, todos os entrevistados responderam que a unidade não tinha problemas na estrutura e até momento da entrevista não sentiram falta de preparo dos profissionais, todos estavam satisfeitos.

Com relação à experiência como acompanhante, dez entrevistados responderam que era a primeira experiência como acompanhante, e os outros cinco afirmaram que já haviam passado por essa experiência: “É a primeira vez que acompanho um parto, até agora está sendo tranquilo”. “Já acompanhei duas vezes [...], mais foi no interior, não foi no hospital



não [...], as parteiras que fazem tudo, a gente só fica olhando [...], mais nunca tive coragem de ver tudo não”.

Analisando o conhecimento dos acompanhantes e parturientes acerca da lei do acompanhante 11.108/2005, observou-se que todos os entrevistados não conhecem esse direito e foi possível notar que as principais fontes de informações fidedignas que são através das unidades e profissionais de saúde não realizam a divulgação desta informação ou fazem de maneira ineficaz: “Não, não conheço [...], é importante que a gente saiba dos nossos direitos”. “Não conheço não, o que essa lei diz? [...], pois qual é o número mesmo que vou anotar aqui?!”.

No que concerne a avaliação do enfermeiro diante da inserção do acompanhante no processo de parto é possível afirmar que o mesmo considera que o acompanhante é um diferencial benéfico perante o processo de parto: “Eu acho o acompanhante fundamental no auxílio do trabalho de parto, a gente teve a experiência de não ter os acompanhantes antes né?! E a gente vê que a evolução da mulher é muito mais rápida com a presença do acompanhante do que era antes, as mulheres, elas passavam muito mais tempo em trabalho de parto do que hoje com a presença do acompanhante, principalmente quando ela se sente confortável [...]”. “Bom, eu acho que é benéfico à participação do acompanhante perante esse processo de parto, elas trabalham melhor, o tempo de trabalho de parto é bem menor, elas têm um apoio.

As evidências científicas e a pesquisa realizada nesta maternidade comprovaram ainda mais que a presença do acompanhante influencia de modo positivo o processo de parto. No entanto as unidades de saúde precisam avançar em suas ações de acordo com as novas metodologias lançadas em prol da saúde familiar.

### **Considerações finais**

Este estudo teve como foco conhecer o significado do acompanhante a uma parturiente no trabalho de parto, parto e nascimento e sua interface com os profissionais de saúde da Maternidade Estadual Benedito Leite, objetivando compreender a percepção do acompanhante relacionada à sua participação no processo de parturição. A pesquisa mostrou que os acompanhantes eram inseridos nas unidades de modo contínuo, este por sua vez realizava apoio principalmente de cunho psicológico como segurar na mão, ofertar palavras de carinho e fé, transmitir força, além de algumas atividades de conforto físico como, massagens nas costas, caminhar, auxiliar na bola suíça e agachamento.



Os profissionais e parturientes também consideram importante e benéfico à presença do acompanhante no processo de parto. Outro ponto observado foi que apesar do profissional considerar benéfica a presença do acompanhante, este não proporciona uma interação entre eles, restringindo as ações do acompanhante que não realiza atividades pertinentes ao mesmo.

Assim como mostra na literatura um dos principais problemas encontrados foi direcionado a falta ou insuficiência de informação dos acompanhantes. Isso porque não é repassada de forma ampla pelos órgãos responsáveis, unidade de saúde e principalmente profissionais de saúde. Apesar do Ministério da Saúde lançar várias campanhas e cartilhas com o objetivo de informar os usuários de saúde, a divulgação dessa informação não atinge muitas pessoas.

Finalizando, pontua-se a necessidade das unidades de saúde em caminhar junto com os novos estudos a favor da saúde de todos. Em proporcionar à parturiente e familiar uma nova visão do termo acompanhante, tornando seu papel dinâmico, se fazendo necessárias as condutas realizadas pelos acompanhantes, diante das orientações dos profissionais.

## Referências

- 1 Sousa A, et al., Práticas na assistência ao parto em maternidades com inserção de enfermeiras obstétricas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Escola Anna Nery. 2016; 20(2):324-331.
- 2 Frello AT, Carraro TE, Bernardi, MC. Cuidado e conforto no parto: estudo na enfermagem brasileira. Revista Baiana de Enfermagem. 2011 mai./ago.; 25(2): 173-184.
- 3 Santos A, et al. O acompanhante no trabalho de parto sob a perspectiva da puérpera. Revista de Enfermagem da UFSM. 2015, jul/set, 5(3):531-540.
- 4 Oliveira et al. Tecnológicas utilizadas por acompanhantes no trabalho de parto e parto: estudo descritivo. Online Brazilian Journal of Nursing. 2014; 13(1).
- 5 Santana et al., Perfil de gestantes e acompanhantes das oficinas para o parto acompanhado. Cogitare Enfermagem. 2012, jan/mar, 17(1): 106-112.
- 6 Diniz et al. Implementação da presença do acompanhante durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer Brasil. Cadernos de Saúde Pública. 2014; 140-153.
- 7 Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de políticas de saúde. Área técnica de saúde da mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: 2001, 199p.
- 8 Ministério da Saúde (Brasil). Nota técnica: Rede Cegonha. Brasília: 2011.





9 Longo CSM, Andraus LMS, Barbosa MA. Participação do acompanhante na humanização do parto e sua relação com a equipe de saúde. Revista Eletrônica de Enfermagem. 2010 abr./jun.;386-91.

10 Santos J, et al. Conhecimento de gestantes atendidas em unidades básicas de saúde sobre o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto. Revista do Instituto de Ciências da Saúde. 2008, 26(3):294-8.

11 Frutuoso LD, Brüggemann OM. Conhecimento sobre a lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no centro obstétrico. Texto Contexto Enfermagem. 2013 Out/Dez; 22(4) 909-917.